

2017

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sobre o ITTC

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC é uma organização de Direitos Humanos sediada em São Paulo, que há 20 anos atua na esfera da justiça criminal visando erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

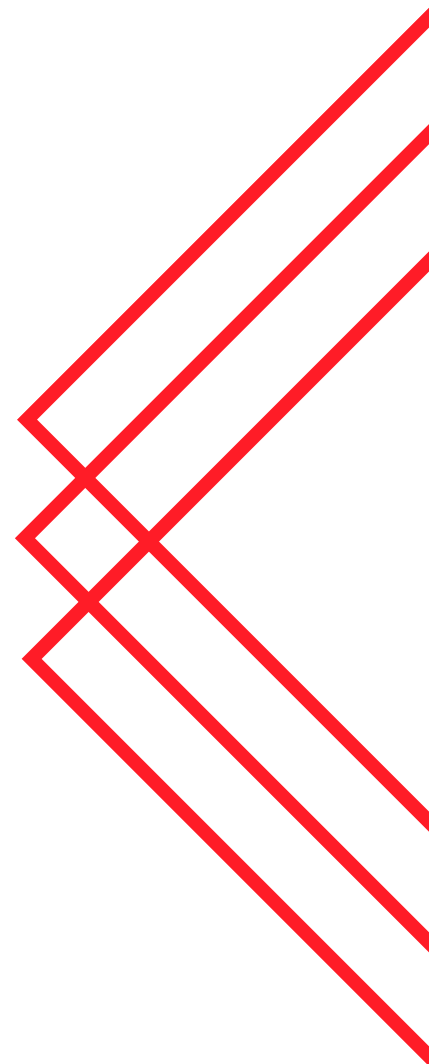
O ITTC se configura em dois programas: o Justiça Sem Muros e o Direitos e Gênero, que juntos seguem a missão da organização de **promover o acesso à justiça, garantir os direitos das pessoas presas e produzir conhecimento**. Para atingir esse objetivos, os programas do Instituto atuam nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (*advocacy* e comunicação) e educação para a cidadania.

O Instituto tem título de utilidade pública municipal e estadual; certificado de isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social como organização que realiza defesa e garantia de direitos e assessoria; e certificado de reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos emitido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

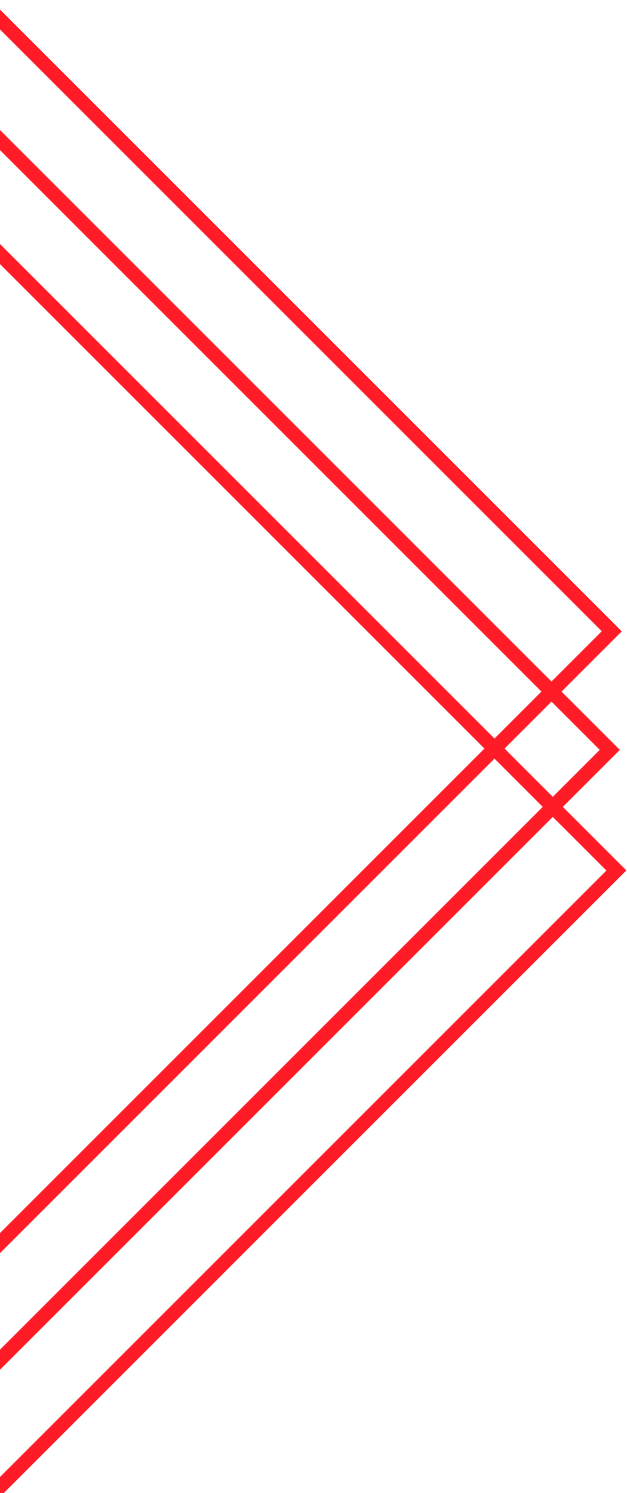
Nossa história

O ITTC foi fundado em 1997 a partir da criação de um grupo chamado Cidadania nos Presídios, que tinha como objetivo esclarecer a sociedade sobre violações de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Por meio da articulação com organizações da sociedade civil, estudantes, pesquisadores, pesquisadoras e o poder público, o grupo buscava garantir esses direitos e abrir ao público o diálogo sobre terra, trabalho e cidadania.

Já nas primeiras ações, o recorte de gênero se mostrou significativo, uma questão que precisava, e ainda precisa, de atenção. As demandas das mulheres, em especial as estrangeiras, em conflito com a lei revelaram ser urgente a necessidade de promover políticas públicas voltadas a elas. Por essa razão, a desigualdade de gênero tem sido um norte para o Instituto.



Parcerias e trabalho em rede



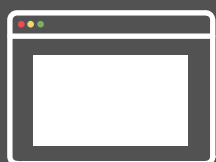
Consulado da Tailândia
Defensoria Pública da União
Fundo Brasil de Direitos Humanos
Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos
Instituto Betty e Jacob Lafer
Instituto das Irmãs de Santa Cruz
Oak Foundation
Open Society Foundations
Sigrid Rausing Trust

Pastoral Carcerária
Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP)
Rede de Justiça Criminal (RJC)
Associação pela Reforma Prisional (ARP)
Conectas Direitos Humanos
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto Sou da Paz
Justiça Global
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
International Drug Policy Consortium (IDPC)
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe)
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Defensoria Pública da União
Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado
Washington Office on Latin America (WOLA)

Comunicação

A produção de conhecimento é uma das missões do ITTC. Nesse sentido, a comunicação visa ao compartilhamento das produções desenvolvidas pelas equipes e ao diálogo público sobre os temas relacionados ao Instituto.

No ano de 2017, a comunicação investiu em qualificar a relevância das produções do ITTC com o uso de ferramentas como o SEO e o Google AdWords, aumentando o alcance do blog em quase **300%**.



blog

65.802

acessos no ano

122

artigos publicados



newsletter

+3000

pessoas receberam
nosso boletim mensal

400

conversões
por mês



imprensa

+150

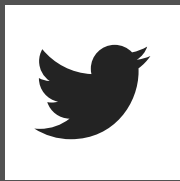
menções na mídia



facebook

+11mil

curtidas na página



twitter

+80%

número de seguidores

No ano de 2017, a comunicação desenvolveu outras atividades que enriqueceram o diálogo com o público. Internamente, foi realizada uma capacitação com a equipe voltada às relações com a imprensa, a fim de qualificar entrevistas e participações em eventos. Ainda, a estreia da série “**ITTC entrevista**” teve como objetivo facilitar o diálogo com a sociedade e viabilizar o acesso à informação sobre o encarceramento, por meio de conversas com figuras públicas e pessoas atuantes da área de Direitos Humanos.

Ações nas redes sociais também foram parte importante deste diálogo, com destaque para o **Guia Rápido sobre o Indulto para Mulheres**, que visou ao esclarecimento do que é o indulto e como ele pode ser uma ferramenta potencial para o desencarceramento de mulheres.

Em comemoração aos **20 anos do ITTC**, a luta do Instituto e das pessoas que já passaram por ele foi registrada com o lançamento de uma linha do tempo. A celebração também contou com cinedebates sobre os principais temas do ITTC, como política de drogas, migração, gênero e cárcere, e revista vexatória.

Programa

Justiça Sem Muros

O Programa Justiça Sem Muros tem como objetivo produzir informações e fomentar o debate público para contribuir com a redução do encarceramento no Brasil. Com especial atenção às mulheres em situação de prisão, o Programa monitora o sistema de justiça criminal, mapeia os movimentos legislativos que impactam os direitos no cárcere e produz pesquisa e informações para fomentar o debate em prol da redução do encarceramento feminino no Brasil.

O Programa atua em rede com organizações da sociedade civil – organizações sociais, coletivos, academia, mídia e público interessado – para mobilizar os atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em prol de mudanças institucionais no sistema de justiça.

Por meio de duas frentes de atuação, **pesquisa e advocacy** (diálogo público), o Programa Justiça Sem Muros defende a redução do sistema prisional e busca expandir a participação da sociedade civil nas políticas públicas para que possamos diminuir a intervenção estatal abusiva e repressiva sobre grupos socialmente vulneráveis e sobre os movimentos sociais que lutam por transformações sociais.

Entre os principais temas de atuação do Programa estão: prisão preventiva; alternativas penais; audiências de custódia; políticas municipais; e justiça criminal.

Em fevereiro de 2017 foi lançada a **Agenda Municipal para a Justiça Criminal**, com propostas de políticas municipais para chamar a responsabilidade do município na redução do encarceramento. O documento foi apresentado para diversos grupos, serviços municipais e estaduais, fóruns, e para órgãos dos poderes Executivo e Legislativo. Entre eles, destacam-se o Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, vereadores da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, e o Projeto Redes, em seminário com a presença de mais de 30 facilitadores de todo o Brasil.

+40

publicações na imprensa

+14mil

acessos ao site
mulheresemprisao.org

Além disso, para facilitar a divulgação das propostas da Agenda Municipal, o ITTC elaborou, em conjunto com a Rede Justiça Criminal, um documento com 15 propostas de atuação dos municípios na Justiça Criminal.

Na semana do dia 8 de março, o Programa Justiça Sem Muros lançou o relatório **MulhereSemPrisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres**, fruto de dois anos de pesquisa, realizado com a análise de processos de mulheres presas preventivamente em São Paulo e entrevistas com mulheres encarceradas.

Após o lançamento, houve um ciclo de debates para discutir o relatório com diferentes atores no espaço Tapera Tapera sob três diferentes eixos. **“Sistema de Justiça e Gênero”** no mês de abril; **“Mulheres com Deficiência e Idosas presas”** no mês de maio; e **“Possibilidades e Limites para combater o encarceramento de mulheres”** no mês de junho.

O relatório foi apresentado na cidade de Fortaleza, no evento "Da Juventude à mulherada: prisões, racismos e (in)justiças", organizado pelo Inegra. Ele também foi discutido no evento "Degeneradas", no Sesc Santana, e apresentado em dois eventos em Recife, o primeiro na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, e o segundo na Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPE/PE), como parte da semana "Conhecendo e Aplicando as Regras de Bangkok". Ainda, foi apresentado no 13o Congresso Mundo de Mulheres em Florianópolis, evento acadêmico com apresentação de pesquisas com enfoque em gênero e feminismo.

Em maio, com a promulgação do **indulto para mulheres**, em conjunto com a equipe de comunicação foi elaborada nota pública e guia rápido sobre o decreto.

No campo das alternativas penais, a fim de disseminar o relatório **Fora de Foco** para parceiros e de elaborar o sumário executivo sobre a pesquisa, participamos de uma mesa em seminário organizado pelo Conselho Regional de Psicologia da Bahia, integrando a mesa sobre "Alternativas Penais" e "Audiência de Custódia".

Atuação em rede



O Programa Justiça Sem Muros também buscou se aproximar ou reaproximar de outras organizações parceiras para construir articulações conjuntas. Exemplo disso foram as reuniões realizadas com a organização Artigo 19 e a Pastoral Carcerária para discutir políticas municipais e encarceramento, tendo como principal alvo a **lei municipal de combate à pichação** criada pela Prefeitura de São Paulo. Como desdobramento, foi feito o protocolo de um *amicus curiae* no Tribunal de Justiça de São Paulo questionando a constitucionalidade dessa lei. O resultado do julgamento pelo TJSP considerou a lei parcialmente inconstitucional.

Em parceria com a DPE/PE, o GAJOP e a Rede Justiça Criminal, o ITTC realizou cursos em duas penitenciárias femininas para agentes penitenciárias, sobre as **Regras de Bangkok**.

Em parceria com a Conectas Direitos Humanos, o ITTC também participou como *amicus curiae* na **Proposta de Súmula Vinculante nº 125** no STF, que tem a seguinte redação: "O tráfico de entorpecentes privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) não configura crime hediondo, não sendo aplicáveis a ele os parâmetros mais rigorosos previstos no artigo 44, parágrafo único, da Lei 11.343/2006 e da Lei 8.072/1990").

Em conjunto com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o ITTC contribuiu para a elaboração do questionário a ser aplicado às mulheres em restrição de liberdade atendidas pelo **Mutirão Mulheres Livres**, assim como participamos do Workshop com os advogados e advogadas responsáveis pela redação dos *habeas corpus*.

Atuação em rede



Em relação às atividades de incidência política, o Programa Justiça Sem Muros atuou em conjunto com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública e o Ministério Público para a organização de uma **audiência pública para discutir as violações de direitos humanos praticadas pelo Grupo de Intervenção Rápida da Secretaria de Administração Penitenciária (GIR)**. Esse tema também foi abordado no relatório MulheresSemPrisão pelas mulheres presas entrevistadas.

Outras duas articulações com a Defensoria Pública marcaram as atividades, como a criação de um **Projeto Piloto de atendimento a mulheres idosas e com deficiências** para realização de pedidos de concessão do indulto, com previsão de início em janeiro de 2018, em conjunto com o NESC e o Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED) e uma reunião para discutir os próximos passos para a aplicação da Lei que veda a **revista vexatória** no estado de São Paulo em conjunto com o NESC e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa da Mulher (NUDEM).

Foi realizada com a Pastoral Carcerária e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, com uma série de pedidos de acesso à informação realizados para sistematizar dados sobre mulheres encarceradas de todo o Brasil, tendo resultado na obtenção de importantes dados, como o número de mulheres que poderiam estar em liberdade se o **Marco Legal da Primeira Infância** fosse aplicado em São Paulo, bem como o protocolo de *amicus curiae* para fortalecer a articulação iniciada pelo coletivo CADHU, que impetrou **Habeas Corpus coletivo** a todas as mulheres presas preventivamente que estejam grávidas ou tenham filhos de até 12 anos. O protocolo de *amicus curiae* também foi acompanhado da divulgação de infográfico sobre dados de mulheres gestantes e com filhos de 12 anos, com base em dados da Secretaria de Administração Penitenciária.

Atuação em rede



A partir da atuação na Rede Justiça Criminal (RJC), a equipe do Instituto integrou missão em Brasília para incidir na aprovação da lei que veda a revista vexatória, assim como da lei que regulamenta as audiências de custódia, o que resultou na elaboração de documento de pressão posteriormente para aprovação da lei que veda a revista vexatória por conta das dificuldades de trâmite na Comissão de Segurança da Câmara. O ITTC ainda elaborou uma nota técnica sobre a disposição do **novo Código de Processo Penal** que autoriza a suspensão do poder familiar como uma das cautelares diversas à prisão e tem somado na articulação de reunião com o relator, o Deputado Paulo Teixeira, sobre o tema.

A equipe também deu continuidade às atividades do grupo de trabalho sobre o **banco de dados da Rede** contribuindo com o desenvolvimento de campanha sobre a ausência de dados de justiça criminal no Brasil. Ainda, participamos de workshop sobre o projeto de lei de Responsabilidade Político Criminal

Ainda com apoio da Rede, o ITTC pôde participar do **II Encontro Nacional pelo Desencarceramento** em Olinda, importante articulação de propostas para a redução do encarceramento no Brasil que conta com a participação de grupos de familiares de pessoas presas.

Projeto Gênero e Drogas

O Projeto Gênero e Drogas (PGD) começa em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no ITTC dentro do tema de encarceramento e do sistema de justiça criminal: as questões de gênero e a política de drogas, causa da maioria das prisões de mulheres no Brasil.

O Projeto tem três eixos principais de atividades, sendo o primeiro deles o levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas. O segundo eixo visa desenvolver materiais de comunicação sobre a necessidade de redução do encarceramento de mulheres e da revisão de paradigmas de políticas de drogas focadas apenas no viés punitivo. Já o terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de *advocacy* que incidam sobre a revisão da política de drogas adotada pelo Brasil e promovam políticas públicas sociais com recorte de gênero e viés alternativo ao punitivista.

No ano de 2017 foi finalizado o primeiro projeto de financiamento do PGD. Das atividades programadas para os dois anos de projeto, restou para 2017 a finalização do vídeo. Em junho, realizamos o lançamento do vídeo e do material off-line do vídeo com um evento que contou com a participação de quase 100 pessoas e diversas mulheres de movimentos sociais plurais.

A videoanimação intitulada **“O que a política de drogas tem a ver com mulheres?”** ilustra nove histórias de violações institucionais decorrentes da política de drogas. Os casos, que vão desde violências do cárcere ao abuso de autoridade policial, mesmo fora do cárcere, trazem um panorama sobre os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres de diversas faixas etárias e perfis. Com base no vídeo principal foram elaborados nove vídeos-pílula, uma com cada história descrita.

Ao longo de todo o ano foi dado continuidade ao acompanhamento das redes nacionais e internacionais, ao monitoramento de pautas sobre gênero, drogas e justiça criminal, e aos fóruns sobre drogas.

+130mil

pessoas alcançadas nas mídias sociais

+20mil

pessoas alcançadas na transmissão do evento

O segundo semestre de 2017 foi marcado pelo início de um novo projeto do PGD, que vai até 2019. O novo projeto visa executar a caravana “A política de drogas é uma questão de mulheres”. Em 2017, foi iniciada a execução da primeira parte desse projeto, constituída por um mapeamento de legislações, órgãos e serviços direta e indiretamente relacionados ao tema de drogas em âmbito federal, assim como estadual e municipal de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ e Salvador-BA.

O Projeto passou a acompanhar mais de perto as discussões sobre políticas públicas e políticas de drogas municipais, estaduais e federais, assim como fóruns de discussões sobre drogas. Assim, passou também a acompanhar as reuniões mensais do Fórum Interseccional de Drogas e Direitos Humanos da Zona Norte e do Centro. Também nessa pauta, participou de uma oficina no CAPS AD São Miguel Paulista sobre gênero e drogas.

Projeto Migrantes Egressas

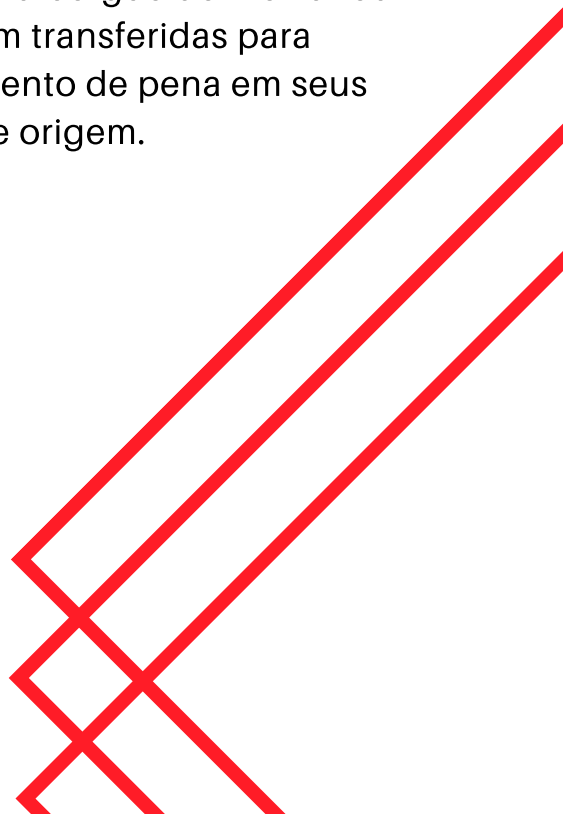
O Projeto Migrantes Egressas (PME) deu início às suas atividades em março de 2017 a partir do apoio do Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos. O projeto tem como escopo o trabalho direto com mulheres migrantes em cumprimento de pena em meio aberto e egressas do sistema prisional, assim como o mapeamento de redes e realização de diálogo público a partir do trabalho direto com as mulheres migrantes.

Esse Projeto surgiu a partir da experiência do ITTC no Projeto Estrangeiras, ao longo de mais de 15 anos de atendimento direto de mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo. Com o PME, o ITTC passou a organizar tanto o atendimento direto quanto as atividades de diálogo público e construções de redes voltadas às demandas e vivências das mulheres migrantes egressas no município.

Durante o primeiro semestre de 2017, as primeiras atividades que orientaram o PME foram organizacionais, em especial em iniciar a criação de uma metodologia de trabalho no que se relaciona a atendimento e acompanhamento de mulheres migrantes em cumprimento de pena e egressas.

A organização é uma atividade permanente, mas que, durante o ano de 2017 consistiu em compilar registros prévios de atendimento, criar uma tabela geral de acompanhamento dos casos, criar modelos de encaminhamento com base nas demandas trazidas, ampliar os meios de comunicação e redes sociais para atendimento, assim como construir e utilizar um espaço físico de atendimento direto às mulheres no escritório do ITTC.

Ainda no aspecto organizacional e do projeto aprovado pelo Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos, com base nas listas que o Projeto Estrangeiras recebe mensalmente da Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e do CPP-Butantã, o Projeto contabilizou o número total de mulheres migrantes egressas que saíram das unidades prisionais em razão de algum tipo de liberdade no processo de conhecimento ou de execução, incluindo em razão de prisão albergue domiciliar ou que foram transferidas para cumprimento de pena em seus países de origem.



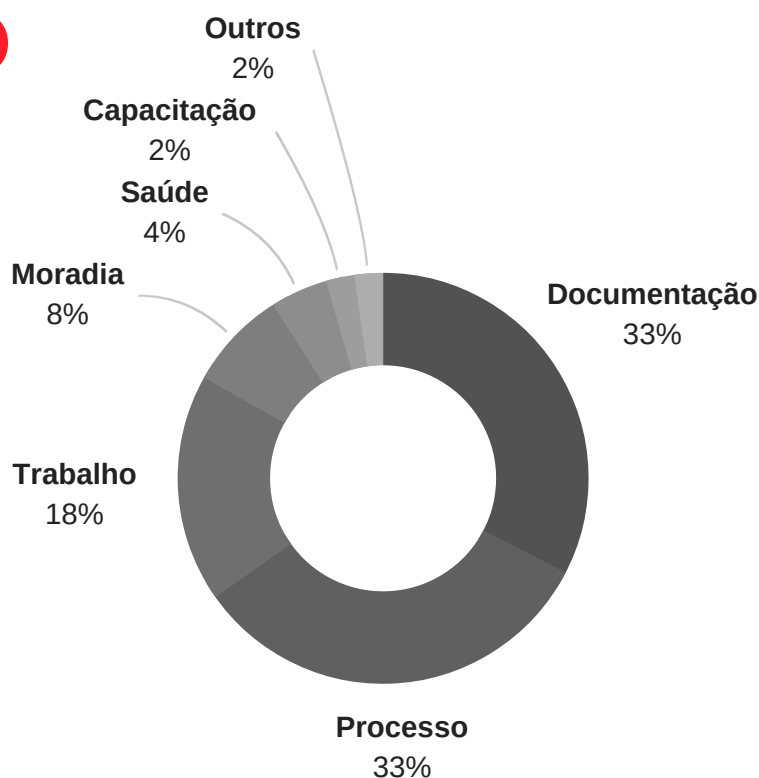
De janeiro até dezembro de 2018 foram contabilizados **344** atendimentos realizados tanto no escritório do ITTC, quanto por meio das redes sociais (Facebook e Whatsapp), e-mail, telefone e durante duas idas ao Centro de Acolhimento Especial Mulheres Imigrantes (CAEMI). Eentre os atendimentos, estima-se que cerca de **50** mulheres migrantes egressas buscaram o ITTC como espaço de atendimento, acolhimento, resolução de demandas e dúvidas sobre documentação, andamento de processo criminal, entre outras situações.

As três principais demandas conversadas durante os atendimentos e acompanhamentos das mulheres foram referentes ao acesso a **informações processuais** (29%), **documentação pessoal** (29%) e **trabalho** (16%).

344

atendimentos

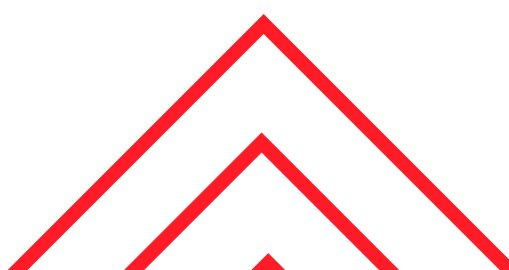
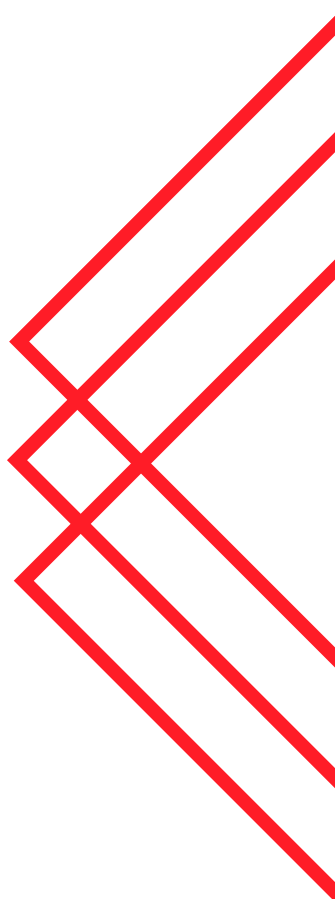
Atendimentos por tipo



Outro aspecto relevante a ser mencionado no que concerne ao atendimento direto realizado pelo PME se trata da compreensão que, muitas vezes, em casos específicos e situações de extrema vulnerabilidade, o papel do Projeto também foi de ir até órgãos públicos ou espaços de atendimentos com as mulheres migrantes que nos procuram para também entender como têm se dado seu acesso a direitos nesses espaços.

Entre os eventos institucionais dos quais o PME participou, elencam-se os eventos de comemoração aos 20 anos do ITTC.

Em se tratando de produção de conteúdo, o PME escreveu um texto para o blog do ITTC sobre mulheres migrantes em prisão albergue domiciliar, participou da elaboração da nota para o dia da pessoa migrante e entre outras participações pontuais na escrita de textos e ações realizadas em conjunto com as demais equipes do ITTC, como o *amicus curiae* referente à ADPF para a descriminalização do aborto.



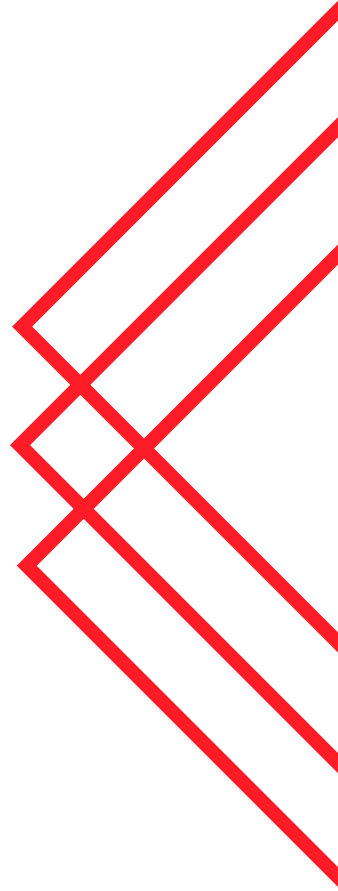
Atuação em rede



Durante o primeiro semestre, a equipe participou de reuniões em conjunto ao Programa Justiça Sem Muros como parte do *advocacy* voltado à divulgação da Agenda Municipal para Justiça Criminal, podendo-se mencionar em específico as reuniões com a Secretaria Municipal de Política para Migrantes, com o Balcão de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, com o Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), com a Coordenadora das Execuções Criminais da DPESP e com a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual (MPE).

Dentre os eventos externos que o Projeto participou, menciona-se: audiência pública sobre Sistema Carcerário - Crises e Perspectivas na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, inauguração do Programa de Ressocialização de Réus Estrangeiros da Justiça Federal de Guarulhos (Prorrest), roda de conversa no Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI), mesa sobre Cárcere e Migração durante a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, a audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo do Projeto de Lei Estadual sobre Migrações, reunião com chefe de missões da Embaixada das Filipinas, reunião com equipe técnica e visita ao Abrigo para Mulheres Gilza Pelozo (a fim de conversar sobre um caso de uma filipina em prisão albergue domiciliar com sua bebê recém-nascida) e reunião com a Embaixada da Tailândia.

Também foram realizadas três formações externas, uma com a equipe da Cáritas Arquidiocesana que trabalha com o atendimento às pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas com o objetivo de tratar do trabalho do PME e nas intersecções entre pessoas em conflito com a lei com refúgio. A segunda formação foi no Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) com as pessoas migrantes moradoras e parte da equipe técnica sobre direitos e abordagem policial. Por fim, a terceira formação aconteceu por meio de um convite do Consulado da Holanda para apresentarmos o trabalho do ITTC e o Projeto Migrantes Egressas na reunião geral dos países da União Europeia.



Projeto Estrangeiras

Desde 2001, o Projeto Estrangeiras (PE) atua na garantia de direitos das mulheres migrantes envolvidas com o sistema de justiça criminal brasileiro. Tendo como base de seu trabalho o mapeamento e a resolução das demandas dessas mulheres, o projeto se encontra organizado em três frentes: atendimento direto, educação para a cidadania e diálogo público.

Os atendimentos diretos são realizados individual e semanalmente em unidades prisionais da cidade de São Paulo com base em Protocolo de Intenções firmado com a Secretaria de Administração Penitenciária do estado e buscam acompanhar as migrantes em toda a sua passagem pelo sistema prisional, desde a chegada à penitenciária, acompanhando seus processos, até o retorno ao país de origem ou regularização migratória no Brasil.

A educação para a cidadania está organizada em círculos de apoio em que questões relacionadas a direitos, subjetividades, afetividades e saúde são discutidas coletivamente. Por fim, o diálogo público está fundamentado na sistemática participação em reuniões, eventos e redes junto de agências estatais e civis comprometidas com temas relevantes às demandas acompanhadas pelo PE.

Com essas frentes, o Projeto Estrangeiras busca garantir a promoção de direitos, o monitoramento de violações, a redução do encarceramento e a dignidade dessas mulheres e seu pleno acesso às políticas públicas dentro e fora das unidades prisionais.

Em 2017 foram realizadas **40** visitas à Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e **11** visitas ao Centro de Progressão Penitenciária Feminino Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira do Butantã (CPP - Butantã). As visitas às unidades ocorreram semanalmente; as visitas ao CPP - Butantã foram realizadas na última semana de cada mês. Participaram das visitas as profissionais técnicas e estagiárias do Projeto Estrangeiras, e as defensoras e defensores públicos e estagiárias e estagiários do Grupo de Trabalho Presos e Presas Estrangeiras da Defensoria Pública da União.

51

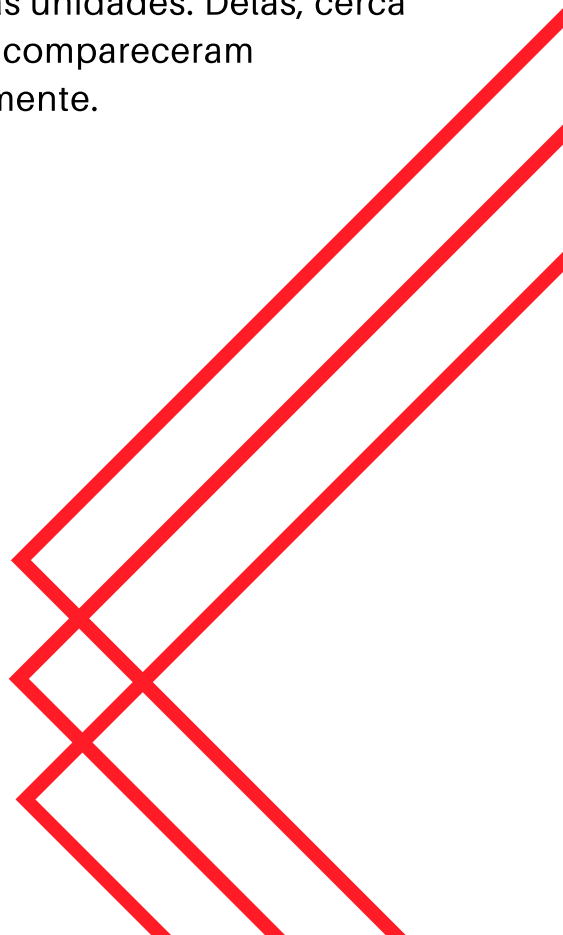
visitas

1981mulheres chamadas para
atendimento**80%**

compareceram

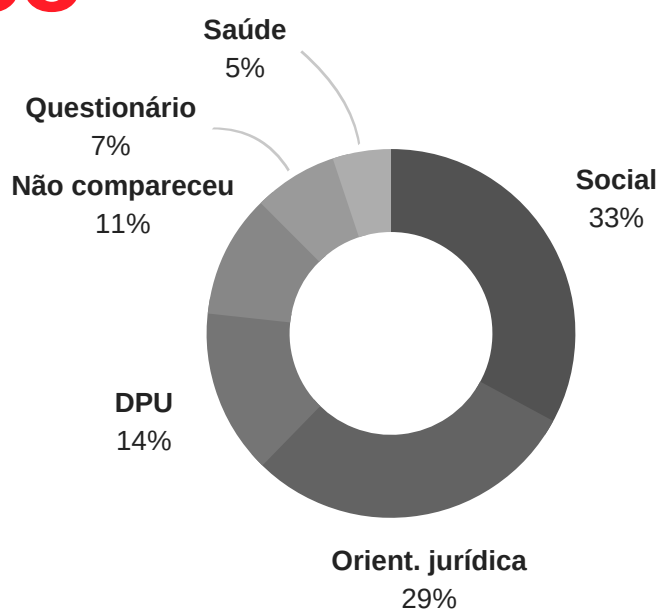
Devido ao período de recesso de final de ano, durante o mês de dezembro não houve visita ao CPP - Butantã. Também foram também realizadas três visitas extras à PFC com o intuito de realizar mutirões de aplicação de questionários.

Ao longo do ano foram chamadas **1.981** mulheres para atendimento, nas duas unidades. Delas, cerca de 80% compareceram efetivamente.



Geralmente, quando uma mulher é incluída na lista de atendimento, cada integrante da equipe seleciona com antecedência quais assuntos serão abordados com ela. Como o número de mulheres chamadas a cada semana é limitado, existe um esforço no sentido de tratar de mais de um tipo de demanda a cada comparecimento. Neste ano, foram realizados **1.034 atendimentos para tratar de demandas sociais; 925 atendimentos de orientação jurídica; 161 atendimentos para tratar de demandas ligadas à saúde e 232 atendimentos para aplicação de questionário.**

Atendimentos por tipo



Durante o ano todo foram realizados os "Círculos de Apoio para Mulheres Encarceradas", oficinas com mães e bebês no pavilhão materno-infantil da PFC. As oficinas são planejadas e executadas por uma equipe de voluntárias que tratam de temas trazidos pelas participantes com base nas atividades educativas e atividades lúdicas, incluindo a prática de shantala com os bebês. No ano de 2017 foram realizados quatro ciclos de oficinas, com um total de quatro oficinas para a equipe e 37 oficinas com mães e bebês.

Em 2017, o Projeto também contou com o apoio de uma especialista em saúde, que realizou com a equipe o acompanhamento e a discussão de casos em que havia demandas de saúde, auxiliando na identificação de urgências e de queixas coletivas. Ao final do ano, eram 60 casos sendo ativamente acompanhados. Além disso, foram produzidos 18 panfletos informativos para uso da equipe de acordo com a necessidade de cada caso.

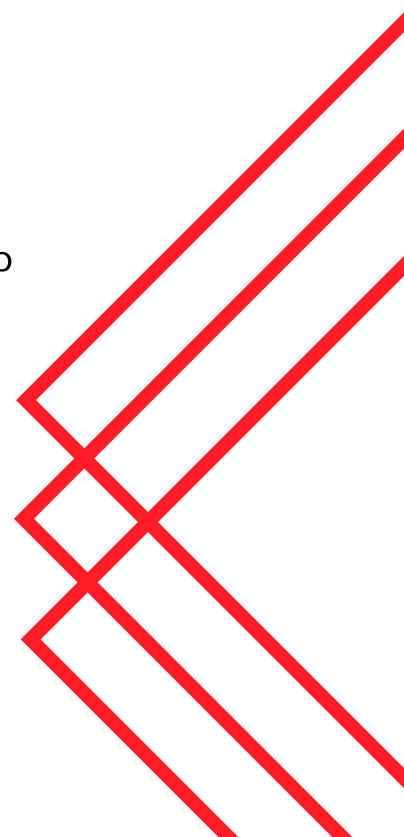
Atuação em rede



No que diz respeito às ações de diálogo público, o Projeto Estrangeiras buscou consolidar parcerias, como é o caso da renovação do acordo voluntário de cooperação firmado com a Embaixada da Tailândia no Brasil, de reuniões realizadas com as Defensorias Públicas da União e do Estado de São Paulo com a finalidade de criar fluxos de encaminhamentos, e do prosseguimento da discussão sobre o então Projeto de Lei de Migração em conjunto com outras organizações da sociedade civil.

Além disso, junto ao Projeto Migrantes Egressas, o PE se aproximou da Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com a qual foi possível debater sobre o acesso das mulheres migrantes em cumprimento de pena fora das prisões aos centros de acolhida e outros serviços públicos. Também destacamos as reuniões realizadas com o Consulado da Venezuela e a participação em grupo de trabalho sobre visitas de crianças a parentes em privação de liberdade organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Em junho, o PE participou de roda de conversa sobre o sistema prisional com estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Viver, em Cotia.

O PE também realizou reunião de aproximação com a Embaixada das Filipinas e participou de Seminário promovido pelo Consulado Britânico para discutir a questão da transferência de pessoas condenadas. Em julho, junto ao Projeto Migrantes Egressas, foi realizada visita ao Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI). Em agosto, também acompanhadas pelo PME, apresentamos os projetos e nossa atuação ao Centro de Apoio ao Trabalhador (CATE-Luz) e pudemos discutir as demandas trazidas pelas mulheres acompanhadas em relação ao acesso a trabalho e emprego.



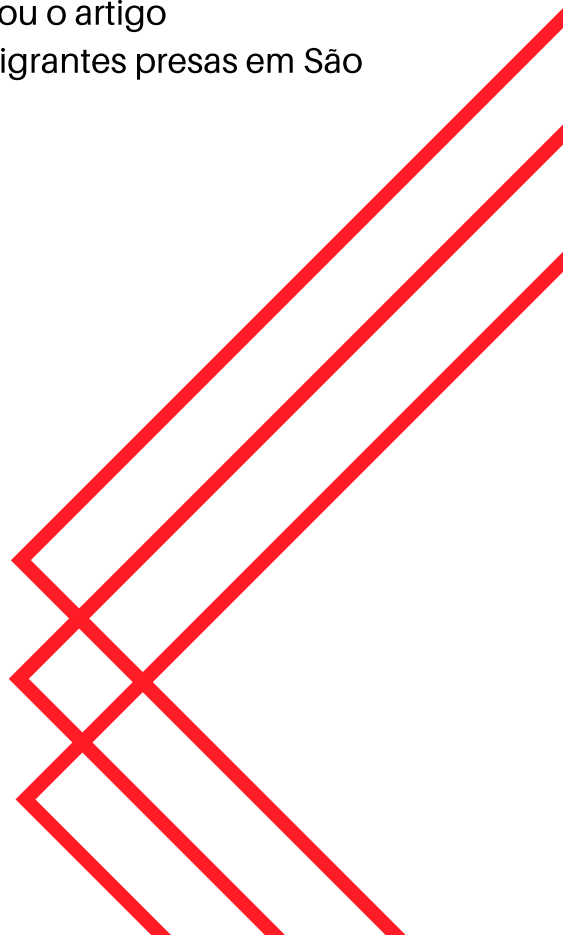
Atuação em rede



Em setembro, o PE acompanhou o **I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes**, evento do Ministério da Justiça em preparação para o próximo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Em outubro, realizamos o evento em celebração dos **20 anos do ITTC "Migração, Gênero, Cárcere - Deslocamentos da Cidadania"** no Museu da Imigração.

Além disso, no segundo semestre de 2017, o PE esteve presente em roda de conversa sobre "Cárcere e Direitos Humanos" executada pela organização Atados, em encontro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) com entidades de imigrantes, em debate sobre "Políticas de Drogas, Gênero e Migração" no Colégio Oswald de Andrade e em seminário sobre alimentação e direitos humanos, no qual apresentou o artigo "Alimentação e vínculos afetivos: o caso das mulheres migrantes presas em São Paulo".



Banco de dados do Projeto Estrangeiras

O banco de dados é um projeto vinculado ao Projeto Estrangeiras, colaborando com ele tanto do ponto de vista da funcionalidade quanto do ponto de vista histórico. Isso porque se, por um lado, ele permite o armazenamento das informações referentes aos atendimentos prestados pela equipe às mulheres migrantes, por outro lado, ele possibilita a visualização do acúmulo de mais de 15 anos de história do projeto, que contempla e reflete a vida de milhares de mulheres migrantes que ficaram encarceradas no Brasil.

Dessa forma, o banco de dados responde ao mesmo tempo a uma renovação das tecnologias de trabalho, armazenando informações coletadas, quanto à sistematização e à elaboração de dados, informações e histórias colhidas ao longo do projeto. O design do banco é um mapa-múndi, que permite a visualização da quantidade de mulheres por países; há espaço para o armazenamento das suas fichas cadastrais, bem como para a produção de pesquisas e relatórios quantitativos, o que possibilita a elaboração das informações coletadas, a coletivização das questões apresentadas e um panorama bem elaborado do cenário do encarceramento feminino no que diz respeito às mulheres estrangeiras.

O primeiro semestre de 2017 foi reservado à entrega do banco de dados pela empresa de programação ZEAL, organização do arquivo morto, contabilização dos questionários, codificação por tipo e ano e formação da equipe para utilização do banco

Foram contabilizados **1.325** questionários, contemplando os anos de 2004 e 2007 a 2017. Foram tipificados cinco tipos de questionário.

1325

questionários

400

questionários inseridos

Já no segundo semestre, foi contratada uma estagiária, com experiência na operacionalização de dados quantitativos, programas de pesquisa como SPSS e banco de dados em grande escala. Com ela foi possível realizar a divisão dos lotes de questionários a serem inseridos, incluindo um lote-teste, o primeiro povoamento do banco; a elaboração de dois manuais de instrução para o preenchimento correto do banco e a contratação de digitadores para inserir os primeiros **400** questionários - esgotando o período 2015 a 2017.



Instituto Terra, Trabalho e Cidadania